



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 18

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE
AGOSTO DE DOIS MIL E DEZANOVE.

----- Aos vinte e um dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço**, foi perguntado sobre a abertura do **Polo da CERCI**, em **Mora**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos**, informou a **Senhora Vereadora** que tudo foi feito por ambas as partes, quer da **CERCI**, quer da **Câmara Municipal**, que agora dependia só do financiamento. -----

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta. -----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Alfredo António Pereira Feitor**, a solicitar a emissão de uma certidão com-

provativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 2132** da freguesia de **Mora**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1152 da mesma freguesia, com a área de implantação de 94,00 m2 e de construção de 188,00 m2. -----

De acordo com caderneta predial entregue, consta, nos dados de avaliação, que o imóvel foi inscrito na matriz em 1989. Pese embora o exposto, na origem e descrição do prédio, refere que provém do artigo 191, que foi inscrito anteriormente ao ano de 1951 e ampliado há mais de cinco anos. -----

Face aos dados, foi consultado o Serviço de Finanças, para esclarecimento sobre eventuais obras de ampliação que tivessem motivado a alteração para o artigo matricial atual, tendo sido obtida a informação de que o prédio em 1934 possuiria superfície coberta de 94,40 m2 e pátio com 9,00 m2, existindo já referência a um 1.º andar, dependência e cavalariça. Confrontando esses dados com os atuais, presume-se que a alteração ocorrida se ficou a dever à ampliação de área descoberta, uma vez que atualmente regista como área total 321,00 m2. O requerente veio a confirmar que a alteração do artigo matricial não se ficou a dever a qualquer ampliação do edifício, mas antes à aquisição de terreno descoberto a tardoz do edifício. -----

Sendo assim, não existirão indícios que contrariem a tese de que o imóvel é anterior a 1951, ou seja, que é anterior à entrada em vigor do regime de licenciamento introduzido pelo RGEU. Não seria, nessa perspetiva, obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se submete o assunto a decisão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, **defe-**

rindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto um - dois: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM GRADES**

DE GARRAFAS DE GÁS: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo**

informando que o presente pedido, em nome de **Énio Paulo Courinho**

Ezequiel, refere-se à ocupação de via pública com duas grades de garrafas de

gás, com as dimensões de 1,88m x 0,57m e 1,69m x 0,71m, perto do estabelecimento denominado “A Tasca Gigante”, situado na Rua de Cabeção, n.º 12, em

Mora. O requerente, entidade exploradora do estabelecimento, indica que as

grades possuem 19 garrafas no total (gás propano e butano), sendo a capacidade total de 0,494 m3. Assim, em conformidade com o Decreto-Lei 267/2002

de 26/11, com a redação em vigor, a instalação terá capacidade inferior a 0,520

m3, enquadrando-se na classe B1, que não estará sujeita a licenciamento. -----

Pese embora o exposto, a ocupação de via pública encontra-se sujeita a licenciamento, nos termos do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Ocupação do

Espaço Público e de Publicidade, objeto dos Avisos 14737/2015 de 17/12 e

4858/2016 de 12/04 publicados na 2.ª série do Diário da República. -----

Analisada a pretensão, verifica-se que não são cumpridos os requisitos constantes do artigo 59.º, uma vez que se pretende a colocação das grades na área de

estacionamento, de modo adjacente aos dois topos da esplanada existente, conforme esquema apresentado. Assim, não são contíguas à fachada confinante com o passeio (mas tal não seria possível face à sua largura e ao prejuízo que se verificaria para a circulação pedonal), localizam-se em área que excede a largura da fachada do estabelecimento e ultrapassam o avanço de 1,00 m em relação à mesma. -----

Refere o artigo 26.º do Regulamento supracitado que existe lugar a indeferimento quando não cumpridos os critérios constantes no seu Capítulo IV, onde se inclui o artigo 59.º, salvo em situações especiais devidamente justificadas e aceites pela Câmara Municipal. -----

O requerente justifica a situação com base na largura no passeio, que não permite a colocação dos equipamentos no estrito cumprimento do artigo 59.º do Regulamento. -----

Assim, face ao exposto, submete-se o assunto a decisão.-----

Em caso de deferimento, será emitido o alvará de licença, após o pagamento das taxas aplicáveis, definidas em conformidade com o estabelecido no Regulamento de Taxas e Licenças Municipais.-----

Deferido por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.-----

----- **Ponto um - três: PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO "MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS PISCINAS MUNICIPAIS - EQUIPAMENTO " APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 01 (CPR 11-**

2019): Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que dando cumprimento ao artigo 19.º do documento “Norma de Controlo Interno” da Câmara Municipal de Mora, submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, o documento “Auto de Medição n.º 01” referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Equipamento" e a referência de "CPr 11-2019".-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o Auto de Medição nº. 01 (CPr 11-2019), referente à Empreitada com a designação de "Melhoria da

eficiência energética das Piscinas Municipais - Equipamento". -----

----- **Ponto um - quatro: PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO "CONSTRUÇÃO DA NOVA ROTUNDA NA AVENIDA DO FLUVIÁRIO EM MORA" - APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 04 (CP 05-2018):** Pre-

sentada informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que dando cumprimento ao artigo 19.º do documento "Norma de Controlo Interno" da Câmara Municipal de Mora, submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, o documento "Auto de Medição n.º 04" referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Construção da nova rotunda na Avenida do Fluvialrio em Mora" e a referência de "CP 05-2019". -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Auto de Medição nº. 04** (CP 05-2018), referente à Empreitada com a designação de "Construção da nova rotunda na Avenida do Fluvialrio em Mora". -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE AÇÃO SÓCIO CULTURAL:**

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de **2.451.285,20€, dois milhões quatrocentos e cinquenta e um mil duzentos e oitenta e cinco euros e vinte centimos**, e Dotações não Orçamentais no valor **18.247,21€, dezoito mil duzentos e quarenta e sete euros e vinte e um centimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente

mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **29.267,60€, vinte e nove mil duzentos e sessenta e sete euros e sessenta cêntimos.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE EMPRÉSTIMOS - PRESTAÇÃO DE CON-**

TAS 2018: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que o **Mapa de Empréstimos do exercício de 2018**, foi elaborado considerando-se apenas o valor a pagar em anos seguintes, não se incluindo a verba referente a 2019, valores que são registados em separado no balance-te/balanço. -----

Desta forma propõe-se que a **Câmara Municipal** delibere, na sua reunião ordinária, e submeta à **Assembleia Municipal** para aprovação, mapa corrigido que junto se remete à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o referido mapa corrigido e enviá-lo à **Assembleia Municipal** para aprovação. -----

----- **Ponto três - quatro: CONCURSO PÚBLICO CP 04/2019**

"FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O ANO DE 2020": Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que considerando a necessidade de assegurar o fornecimento contínuo de energia elétrica, em Baixa Tensão Normal (BTN), incluindo a Iluminação Pública, em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT), às diversas instalações do Município de Mora para o ano de 2020, e em conformidade com os termos conjugados da alínea b) nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho e artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, na sua atual redação, pro-

põe-se, à Câmara Municipal de Mora, o seguinte: -----

1) Que se inicie procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica para o ano de 2020, por Concurso Público, em conformidade com o artigo 38º do CCP e nos termos da regra geral de escolha de procedimentos, prevista no artigo 18º, do CCP, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade com a al. a) nº 1 do artigo 20º do mesmo diploma;-----

2) Período de vigência do(s) contrato(s): 365 dias do ano de 2020 mais um período que poderá ir até 90 dias em 2021 para a mudança de comercializador;

3) O preço total máximo estimado, para o ano de 2020 (365 dias) é de 818.000,00 euros + IVA, podendo ir até mais 90 dias, durante o ano de 2021, para mudança de comercializador. Caso a mudança de comercializador ocorra durante o ano de 2021, o valor não pode ser determinado face à incerteza do tempo de mudança de comercializador e respetivos consumos. -----

Os lotes previstos são: -----

Lote 1 - Fornecimento de energia em média tensão - MT: 190.000,00€ + IVA (cento e noventa mil Euros); -----

Lote 2 - Fornecimento de energia em baixa tensão especial - BTE: 280.000,00€ + IVA (duzentos e oitenta mil Euros); -----

Lote 3 - Fornecimento de energia em baixa tensão normal - BTN (> 20,7 kVA): 23.000,00€ + IVA (vinte e três mil Euros);-----

Lote 4 - Fornecimento de energia em baixa tensão normal BTN (=< 20,7 kVA): 105.000,00€ + IVA (cento e cinco mil Euros);-----

Lote 5 - Fornecimento de energia para iluminação pública - IP: 220.000,00€ + IVA(duzentos e vinte mil Euros); -----

4) O contrato escrito produz efeitos no dia seguinte à sua assinatura ou após a fiscalização prévia e visto, pelo Tribunal de Contas, caso os valores dos contratos se fixem nos montantes definidos no artigo 255º da Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro, Orçamento de Estado para 2019, em conformidade com a lei de organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei nº 98/97, de 26 de agosto; -----

5) A nomeação para júri do procedimento, dos seguintes membros, nos termos do disposto no artigo 67º, do CCP: -----

Efetivos -----

Presidente: Engº António Godinho Mourão Costa; -----

1º Vogal: Eng.º João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; -----

2º Vogal: Arqt. Vitor da Silva Mendes. -----

Vogal que substitui o presidente: Eng.º João Miguel Caramujo Ramos Endrenço

Suplentes: -----

Arqt. Ana Sofia Noronha de Oliveira dos Santos Caniços da Silva Mendes

Luís Manuel Martins Canelas. -----

6) Prazo para apresentação de propostas: 30 dias; -----

7) A aprovação do Programa de Procedimento, do Caderno de Encargos e da minuta do Anúncio do Concurso Público, de acordo com o disposto na alínea c), do nº 1 e nº 2 do artigo 40º, do CCP; -----

8) Os encargos estimados para o ano de 2020 e eventualmente para 2021, deverão ser contemplados, em rubricas orçamentais equivalentes às de 2019, a incluir no orçamento da Câmara Municipal de Mora, para o ano de 2020 e 2021 e só terão eficácia financeira após a aprovação, desse documento, pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Mora, aos atos do documento e ao(s) con-

trato(s) escrito(s). -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **abrir concurso público**, para o **“Fornecimento de energia elétrica para o ano de 2020”**, em conformidade com a informação da **Divisão Administrativa e Financeira** acima transcrita e com as peças do procedimento, (Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e minuta do Anúncio do Concurso Público). -----

O prazo para apresentação de candidaturas é de 30 dias a contar da data de publicação. -----

Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o programa do Procedimento, caderno de encargos e minuta do anúncio. -----

O Júri do presente concurso é composto pelos Senhores: -----

Efetivos -----

Presidente: Eng^o António Godinho Mourão Costa; -----

1º Vogal: Eng.º João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; -----

2º Vogal: Arqt. Vitor da Silva Mendes. -----

Vogal que substitui o presidente: Eng.º João Miguel Caramujo Ramos Endrenço

Suplentes: -----

Arqt. Ana Sofia Noronha de Oliveira dos Santos Caniços da Silva Mendes

Luís Manuel Martins Canelas. -----

O Preço base é de **818.000,00 euros** + IVA. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes des-

pachos do **Senhor Presidente e Vice-Presidente:** -----

- **Em que determinou** abrir procedimento tipo Consulta Prévia para, "Aquisição de um Cilindro Vibrador", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Maquinter - Máquinas e Ferramentas, Lda. - NIPC: 501713239;-----

Pinto & Cruz - Motores e Equipamentos, S.A. - NIPC: 501566007; -----

STET, S.A. - NIPC: 500237433. -----

Motivo - Comércio e Motivação de Mercados, S.A. - NIPC: 500198080; -----

Mais determinou que o júri do presente procedimento seja constituído por: -----

Efetivos: -----

Presidente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; -----

Vogal: António Godinho Mourão Costa; -----

Vogal: Joaquim António Matias Gafaniz. -----

Suplentes: -----

Lénia Maria Risso Branco; -----

Vitor da Silva Mendes. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.-----

O valor base do procedimento é de 30.000,00€.-----

- **Em que determinou** adjudicar à Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A. - NIPC: 501325174 em conformidade com o Caderno de Encargos a "Requalificação da rua 25 de abril em Cabeção, 2º Fase", pelo valor de 116.862,33€, (cento e dezasseis mil oitocentos e sessenta e dois euros e trinta

e três cêntimos), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma Sociedade Construções Cabeçanense, Lda., NIPC: 506394433, a "Pintura de edifícios municipais - Fase 7", pelo valor de 29. 000,00€, (vinte nove mil euros), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto cinco - dois: CIMAC - PROPOSTA PROTOCOLO CEDÊNCIA**

EQUIPAMENTOS MÓVEIS (TABLETS): Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que com o intuito da produção de informação geográfica de apoio à adaptação às alterações climáticas e gestão de operações, propõe, ao Executivo Municipal, a celebração do Protocolo de Cedência de Equipamentos Móveis (tablets) com a CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, que se anexa à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta do **Senhor Presidente**, celebrando com a **CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central um Protocolo de Cedência de Equipamentos Móveis (tablets)**, anexo à presente informação. -----

----- **Ponto cinco - três: INSTALAÇÃO DE POSTOS DE CARREGAMENTO**

DE VEÍCULOS ELÉTRICOS: Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que com vista à instalação de **um Posto de carregamento de veículos elétricos, em Mora**, na Rua Nº. Sraª. da Graça, propõe-se a cele-

bração do Protocolo, em anexo à presente informação, a estabelecer entre a empresa **MOBI.E - Mobilidade Elétrica** e o **Município de Mora**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento, analisou o referido **Protocolo** e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com o mesmo procedendo à sua assinatura. -----

----- **Ponto cinco - quatro: PROGRAMA CONTRATOS LOCAIS DESENVOLVIMENTO SOCIAL - 4ª GERAÇÃO: PLANO ATIVIDADE:** Presente infor-

mação do **Gabinete de Ação Social** informando que, centrado na promoção da inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social no Concelho de Mora, mobilizando para o efeito a ação integrada de diferentes agentes e recursos localmente disponíveis, as ações a desenvolver pelo CLDS-4G em Mora, integram os seguintes eixos de intervenção: -----

Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; -----

Eixo 3: Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa. -----

Na sequência da Portaria n.º 229/2018 de 14 de agosto, que se anexa cópia, e considerando que: -----

a) Aprovada a Santa Casa da Misericórdia de Mora como Entidade Coordenadora Local da Parceria. -----

b) Aprovada a Dra. Maria Ivone Gião Alves, como coordenadora Técnica do Programa CLDS; -----

Propõe-se que: -----

A **Câmara Municipal de Mora** aprove a proposta de **Plano de Atividades**, realizado pela Santa Casa da Misericórdia de Mora, para desenvolver no período em que o CLDS-4G vigorará no Concelho de Mora. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Plano de Atividade-**

des, realizado pela **Santa Casa da Misericórdia de Mora**, para desenvolver no período em que o **CLDS-4G** vigorará no **Concelho de Mora**. -----

----- **Ponto cinco - cinco: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte à seguinte associação:

- **Grupo de Cantares “As Cachopas”, da Associação de Reformados de Pavia**, para uma atuação à Ponte de Sôr, no próximo dia 27 de Agosto. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte à Instituição acima referida. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

